

ASSUNTO:	IMPOSTOS AMBIENTAIS
ETAPA DE ENSINO: Ensino MÉDIO 2º e 3º ANO	Habilidades previstas no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (MS.EM13CNT206) Discutir a importância da preservação e conservação da biodiversidade, considerando parâmetros qualitativos e quantitativos, e avaliar os efeitos da ação humana e das políticas ambientais para a garantia da sustentabilidade do planeta.
Componente Curricular/Disciplina:	BIOLOGIA

A Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos do **artigo 225**, prescreve:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No Brasil, a tributação ambiental tem papel extrafiscal, que incentiva ações de preservação do meio ambiente e promove condutas ecologicamente sustentáveis. São apresentadas as experiências brasileiras de tributação ambiental:

Competências da União:

- A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incide sobre as atividades de importação e comercialização de petróleo e de seus derivados, gás natural e de seus derivados e álcool combustível (Cide-Combustível). Sua cobrança objetiva desestimular o consumo desses produtos e, indiretamente, serve para estimular atividades econômicas e projetos ambientais alternativos.
- O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apresenta alíquotas seletivas em razão da essencialidade ambiental ou do percentual de matéria-prima reciclada na fabricação dos produtos. O IPI ecológico, até o momento, tem sido utilizado com o abrandamento de alíquotas deste imposto para que a indústria use tecnologias limpas na elaboração do produto. Atualmente, alguns dispositivos utilizam o IPI em busca da sustentabilidade ambiental, como, por exemplo, com o estabelecimento de alíquotas diferenciadas para veículos movidos a gasolina e a álcool, contribuindo para a redução dos níveis de poluição do ar.
- O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é utilizado para desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e garantir a função social da propriedade que adota práticas sustentáveis e voltadas para a preservação ambiental.

Competências dos Estados:

- O ICMS ecológico é um remanejamento da receita tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é repassado aos Municípios, de acordo com o atendimento de critérios ambientais estabelecidos pelos Estados.
- No Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA), há uma redução das alíquotas ou isenções para veículos que utilizam energia limpa ou combustíveis menos poluentes, o que caracteriza, assim, o IPVA verde (ou ecológico).

Competências dos Municípios:

- O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é utilizado por meio de deduções ou isenções para incentivar empresas que investem em questões ambientais.
- O IPTU verde ou ecológico é aplicado aos contribuintes que adotam práticas sustentáveis em seus imóveis. São concedidos benefícios fiscais, como isenções, alíquotas reduzidas ou descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

FONTE: <https://www.escolafocefe.org.br/mod/book/view.php?id=1186>

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-tributacao-ambiental-como-forma-de-garantir-o-desenvolvimento-economico-e-a-protecao-ao-meio-ambiente/135287385>

<https://www.imasul.ms.gov.br/legislacao-ambiental/leis>

<https://www.semadesc.ms.gov.br/semagro-publica-indice-do-icms-ecologico-que-contempla-77-municipios-no-ano-de-2023>



EXERCÍCIOS:

- 1- O que significa tributação extrafiscal?

- 2- No nosso estado umas das Leis ambientais que dispões sobre as diretrizes do licenciamento ambiental estadual, é a Lei nº 2.257, de 09 de julho de 2001, através da Fundação estadual de Meio Ambiente – Pantanal, onde realizam a Licença Prévia (LP), que é a concessão da fase preliminar do empreendimento, a Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de exploração de recurso natural, e a Licença de Operação(LO) que permite a operação da atividade mediante controle ambiental, constantes em planos de manejo. Em grupo façam a leitura da lei e discutam em sala de aula sobre as principais características desta Lei, verifiquem se ela afeta o dia a dia da escola e do entorno, sendo possível através dela obter melhoria na qualidade de vida do seu bairro em relação ao meio ambiente.

- 3- Você sabia que um veículo automotor menos poluente, possui um benefício fiscal de selo verde? Qual é esse benefício? Você concorda com ele? Por quê?



O ICMS Ecológico foi criado pela Lei Complementar número 57 de 4 de janeiro de 1991 e se constitui num mecanismo de repartição de parte das receitas tributárias do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pertencentes aos municípios, baseado em um conjunto de critérios ambientais estabelecidos para determinar quanto cada um irá receber.

- 4- Pesquise sobre o ICMS Ecológico de seu estado e descreva os pontos principais:

A) Quanto corresponde ao valor total arrecadado e dividido entre os municípios?

B) A terra indígena homologada, em seu território, compõe uma parcela do ICMS Ecológico, é um dos critérios de aplicação?

C) As Unidade de Conservação, também é um dos critérios de avaliação para a parcela do ICMS Ecológico?

D) O sistema de coleta seletiva e a disposição final de resíduos sólidos urbanos devidamente licenciados fazem parte da concorrência para gerar o índice de recebimento pelos municípios?

E) Na sua opinião esse tributo ajuda na recuperação de áreas degradadas e na qualidade do meio ambiente? Por quê?

5- Pesquise sobre os demais impostos “verdes” de competência da União e do Município e descreva os pontos principais.

6- Quais são as atitudes do cidadão no dia-a-dia que pode contribuir com a preservação e conservação do meio ambiente?

[illegible]